

Quinze anos de história social do trabalho

Felipe Azevedo e Souza*
David Patrício Lacerda**
María Verónica Secreto***
Fidel Rodríguez Velásquez****
Paulo Fontes*****
Beatriz Mamigonian*****
Aldrin Castellucci*****

COMO O TÍTULO deste editorial indica, a revista completa, em 2024, seus 15 anos de atividade. Tempos atrás, antes de ganhar materialidade, este periódico existiu como um “velho sonho” coletivo, nas palavras de Beatriz Loner, que escreveu a apresentação do volume inaugural.¹ Do sonho criador e de muitas outras coisas mais vieram ao mundo 26 volumes em 17 edições. Milhares de páginas publicadas difundiram mais de 500 submissões que, tomadas em conjunto, conformam um extraordinário repositório de debates sobre História Social do Trabalho que desempenha papel fundamental para a vitalidade do campo, com impacto na América Latina e no cenário global.

Naquele volume inicial de 2009, Loner destacou que a revista deveria acolher uma diversidade de abordagens e enfoques que refletisse a “própria heterogeneidade

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: felipeazv@puc-rio.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6232-3273>.

** Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: davplacerda@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0223-9683>.

*** Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mvsecreto@yahoo.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3403-4810>.

**** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: fidelrodv@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1683-1728>.

***** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: pfontes@mandic.com.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9277-6193>.

***** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: bgmamigo.ufsc@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3871-9312>.

***** Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: aldrin.castellucci@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0957-5479>.

1 LONER, Beatriz Ana. Apresentação v. 1. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2009. p. 2.

dos grupos sociais pesquisados” no âmbito do campo, mencionando as “organizações de trabalhadores, cotidianos, relações de gênero, relações interétnicas, processos e tecnologias de trabalho, relações entre trabalho livre e trabalho compulsório, identidades, correntes políticas, entre outros”.²

Em uma mirada panorâmica para esses 15 anos, é possível afirmar que a proposta vem sendo empreendida com sucesso. Passando em revista as edições anteriores, é possível acompanhar a profusão de inovações historiográficas que foram gestadas nessa década e meia, seja através de contribuições espontâneas, seja por meio de iniciativas que foram comissionadas pelas equipes editoriais que gerenciaram a revista. Antes de proceder à apresentação da presente edição, faremos uma ligeira incursão por esse universo de publicações para rememorar e refletir sobre os caminhos trilhados e as fronteiras abertas nesse itinerário coletivo.

De partida, olhemos para os dois dossiês temáticos *Biografia e História do Trabalho*, organizados em 2016 por Aldrin Castellucci e Benito Schmidt. Eles tramam abordagens que são muito características do campo por articular a micro-história italiana com o legado intelectual da obra de E. P. Thompson e dos marxistas britânicos.³ Mas é importante notar como estudos sobre trajetórias ali publicados refletiam a tendência recente de pesquisas realizadas com ferramentas digitais de busca nominativa, evidenciando o seu relevante impacto metodológico na historiografia recente. Além disso, apresentam como as pesquisas centradas na perspectiva dos trabalhadores, enquanto indivíduos ou grupos sociais, são fundamentais para romper com as barreiras que décadas atrás confinavam o campo em dimensões dicotômicas entre o trabalho escravo e o livre assalariado.

Os trabalhadores e as formas de organização de trabalho são compreendidas atualmente em chave articulada; livres e escravizados não raramente surgem compartilhando moradias, espaços de trabalho, lutas e mesmo costumes em comuns. Muitos estudos publicados na revista se debruçaram sobre os modos de exploração que, superando a díade, examinaram as “inúmeras formas de trabalho compulsório ou não remunerado [que] coexistiram com a escravidão e se expandiram depois da abolição”.⁴ O próprio conceito de “trabalho livre” foi revirado pelo avesso e hoje comporta uma multitude de significados para além da quase nostálgica imagem do operário industrial sob o fordismo.⁵ Nessa senda, são representativos os dossiês *(Outros) trabalhadores livres no Atlântico oitocentista*, organizado por Beatriz Mamigonian e Fabiane Popinigis em 2011 e, mais recentemente, *Vivendo nas minas, mineração e mundos do trabalho*, com organização de Crislayne Alfagali e Fidel Rodríguez Velásquez.⁶

2 Idem, p. 1.

3 SCHMIDT, Benito Bisso; CASTELLUCCI, Aldrin. A título de apresentação: biografia e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 5-8, 2017.

4 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; POPINIGIS, Fabiane. (Outros) trabalhadores livres no Atlântico oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 1-6, 2011.

5 Ver, por exemplo: VAN DER LINDEN, Marcel M.; GARCÍA, Magaly Rodríguez. **On coerced labor: Work and compulsion after chattel slavery**. Leiden: Brill, 2016.

6 ALFAGALI, Crislayne G. M.; RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, Fidel. *Vivendo nas minas, mineração e mundos do*

Em torno desses sistemas de trabalho, levas extraordinárias de pessoas foram transportadas nos porões dos tumbeiros e em vagões de trem, em longas caminhadas de pés descalços ou nas carrocerias de paus-de-arara.⁷ Da investigação desses fluxos que reconfiguraram espacialidades e estabeleceram elos culturais novos, sabemos melhor como as interações estabelecidas delineavam as transformações das identidades entre africanos e seus descendentes em meio às tantas designações vinculadas à diáspora, como “Angola, Mina, Benguela, Bamba, Congo, Nagô, Rebolo, crioulo, pardo, preto, negro”.⁸ Mas também entre Carijós, Pijaos, Caribes, Mapuches, Naborías, Yanaconas, Incas e Camacãs, povos indígenas que protagonizam as histórias do dossiê *Trabalho, política e experiências indígenas*, organizado por Vânia Moreira, Ingrid de Jong e Fabiane Popinigis em 2014.⁹

As hierarquias raciais também eram produzidas e reproduzidas em dinâmicas articuladas a essas variadas formas de exploração dos trabalhadores. Mas os trabalhadores não restavam impassíveis diante das estruturas de assédio e discriminação, há literatura farta e contundente que trata do repertório de estratégias de resistência, coletivas ou individuais, para combater a discriminação racial e o racismo, principalmente através de um vasto conjunto de experiências associativas. Em estudos publicados no dossiê *Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho*, organizado por Paulo Terra e Robério Souza, é possível acompanhar a constituição de “diversos espaços associativos, desde irmandades religiosas ou terreiros de candomblé às sociedades de auxílio mútuo, recreativas, dançantes e desportivas, cordões e clubes carnavalescos” onde, cada um a sua maneira, se conectava a identidades de trabalho e clivagens de classe.¹⁰

O entrelaçamento entre raça e classe se tornou gradativamente um dos ramos analíticos mais férteis da história social do trabalho. Sob esse enfoque, dezenas de artigos foram publicados na revista ao longo de seus 15 anos de existência. Algumas referências notáveis podem ainda ser encontradas nos dossiês *Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas*, publicado em 2018, com organização de Flavia Souza e Maciel Silva; *Beatriz Ana Loner: mundos do trabalho e pós-abolição*, organizado por Fernanda Silva, Melina Perussatto e Micaele Scheer em 2019; além do dossiê *Afro-Américas: raça, trabalho e direitos*, que foi publicado na presente edição.¹¹ Se no passado a ausência de debates

trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-10, 2023.

7 Sobre o tema, recomendamos o dossiê “Mobile Labour”, publicado em *Mobilities*. BASTOS, Cristiana; NOVOA, Andre; SALAZAR, Noel B. Mobile labour: an introduction. **Mobilities**, v. 16, n. 2, p. 155-163, 2021.

8 ALFAGALI; RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, op. cit.

9 MOREIRA, Vânia Maria Losada; DE JONG, Ingrid; POPINIGIS, Fabiane. Trabalho, política e experiências indígenas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 5-8, 2014.

10 TERRA, Paulo Cruz; SANTOS SOUZA, Robério. Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-6, 2023. Ainda sobre associativismo, com destaque para o associativismo negro, recomendamos a leitura do dossiê *Os trabalhadores e o mutualismo*, publicado em 2010. MAC CORD, Marcelo; MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Apresentação: os trabalhadores e o mutualismo. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2011.

11 SOUZA, Flavia Fernandes de; SILVA, Maciel Henrique. Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 9-14, 2019. SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SCHEER, Micaele Irene. Apresentação do dossiê “Beatriz Ana Loner: mundos do trabalho e pós-abolição”. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-4, 2019.

sobre raça nas pesquisas sobre trabalhadores chegou a ser concebida como paradigmática, já faz algum tempo que o campo apresenta variado conjunto de contribuições consistentes e inovadoras para a reflexão do racismo enquanto fenômeno social estruturante das opressões de classe e também de gênero em abordagens interseccionais.

“Imprescindível na análise das dinâmicas que envolvem as classes trabalhadoras, o gênero pode ser utilizado para complexificar e enriquecer as questões propostas pelos estudos sobre os mundos do trabalho”, era o que afirmavam Fabiane Popinigis e Cristiana Schettini na apresentação do dossiê *Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho*.¹² No dossiê publicado ainda no primeiro ano de atividades da revista, as organizadoras pontuavam que abordagens de gênero eram ainda escassas no âmbito das pesquisas em história social do trabalho. Desde então, as interpretações que utilizam o gênero enquanto ferramenta analítica se multiplicaram e legaram sofisticação à compreensão das experiências históricas dos trabalhadores e trabalhadoras. Com atenção aos impactos da discriminação de gênero e as formas de como esse conceito estrutura as identidades coletivas, temáticas tradicionais da história social do trabalho passaram por significativa renovação nos últimos anos, como o movimento operário fabril, o sindicalismo e a atuação de trabalhadores em partidos políticos e organizações revolucionárias.¹³

Sem qualquer pretensão de esgotar as múltiplas tendências em termos de conceitos, enfoques e temas que balizaram os textos publicados na revista, buscamos aqui selecionar trilhas que evidenciam o processo de expansão do campo de história social do trabalho na última década e meia. Outros tantos temas mereceriam algum espaço nessa apresentação, como, por exemplo, as abordagens transnacionais e o internacionalismo operário, as interseções com a história do direito, legislações e trabalhadores nos tribunais, as reflexões sobre ensino e as humanidades digitais, os fluxos de migração voluntários ou forçados, a história urbana e a informalidade, o direito à memória e as lutas por reparação, bem como outros subcampos que alimentam densos debates em nossas edições e nos eventos do GT Mundos do Trabalho. O compasso de transformação do campo foi, portanto, pautado na ampliação da diversidade de grupos sociais, temporalidades, métodos e perspectivas que tangenciaram as novas pesquisas.

12 POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. Apresentação: “Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho”. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 5-12, 2009.

13 Ver, por exemplo, as contribuições de Paula Soares, Larissa Correa, Nina Teruz, Iracélli Alves e Guilherme Alves em artigos publicados no dossiê *O PCB e os mundos do trabalho*, organizado por Paulo Fontes e Edilene Toledo em 2022. SOARES, Paula Elise Ferreira. O PCB e a criação das Uniões Femininas na cidade do Rio de Janeiro: as comunistas na luta pelo direito das mulheres trabalhadoras à cidade (1945-1948). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-25, 2022. CORREA, Larissa; VISCO, Nina Teruz. “Falam as eleitas do povo”: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB no Rio de Janeiro (1946-1948). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-22, 2022. ALVES, Iracélli da Cruz. Feminismo, PCB e o debate sobre trabalho doméstico entre as décadas de 1940 e 1960: relações intragênero e as dimensões de raça/classe. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-21, 2022. NUNES, Guilherme Machado. Trabalho, militância e repressão no Recife: Júlia Santiago entre o DOPS e a fábrica (1933-1956). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-19, 2022.

Mas nem tudo sobre essa leva recente de estudos é novidade. Uma agenda comum que permeia a imensa maioria dessa diversa produção é o enfrentamento a perspectivas essencialistas que, em meio a rígidos esquemas interpretativos estruturalistas, invisibilizam o âmbito das experiências dos de baixo. Aspecto que já era ressaltado por Barbara Weinstein, em 1989, como característica do campo, especialmente em relação a outras abordagens disciplinares, como a sociologia do trabalho da época:

Os novos historiadores do trabalho não estão desconsiderando fatores que preocupavam historiadores de inclinação mais estruturalista, mas estão descartando o determinismo implícito na análise estruturalista. De fato, os mais sofisticados dos novos historiadores do trabalho deixam claro que as “estruturas” não podem ser incorporadas de nenhuma forma que seja autônoma do domínio da experiência humana. Eu também argumentaria que, ao privilegiar a experiência sobre a estrutura, eles estão retornando os estudos sobre trabalho na América Latina ao campo da história; afinal, a maioria dos trabalhos seminais sobre trabalho no passado foi produzida por sociólogos e cientistas políticos, cuja ênfase em variáveis estruturais e raciocínio dedutivo dispensava a necessidade de pesquisas arquivísticas tediosas ou histórias orais sistemáticas. Ao colocar a experiência histórica — um tema complexo demais para ser explicado meramente como uma função de variáveis estruturais — no centro de suas análises sobre movimentos trabalhistas ou cultura e consciência da classe trabalhadora, os novos historiadores do trabalho deram primazia aos métodos e preocupações dos historiadores.¹⁴

Esse processo de renovação, que era patente em fins da década de 1980, situava, aqui nas palavras de Robert Slenes, o processo de mudança do campo em meio às mudanças epistêmicas que acolhiam “as vozes vindas das ‘margens’ – num mundo de movimentos anticoloniais, antirracistas, feministas e contra o capitalismo selvagem”. Vozes que foram decisivas para aproximar a história e a antropologia e “transformá-las em disciplinas eminentemente ‘êmicas’, isto é, disciplinas convencidas de que não se pode fazer análises consequentes, especialmente de ‘estruturas’ sociais, sem resgatar a visão de mundo e as ‘razões’ dos diversos grupos envolvidos”.¹⁵

Já longeva e bem consolidada no campo, essa agenda se atualiza mantendo sua pertinência principalmente diante das persistentes lacunas que se encontram em celebradas interpretações sobre o capitalismo, os fluxos de mercado, o desenvolvimento econômico e as instituições democráticas que ignoram, ou subestimam, o papel dos de baixo enquanto agentes históricos ativos.¹⁶ E, como buscamos demonstrar, esses agentes

14 WEINSTEIN, Barbara. The New Latin American Labor History: What We Gain. **International Labor and Working-Class History**, v. 36, p. 25-30, 1989. p. 26. Tradução nossa.

15 SLENES, Robert. Apresentação. In: MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

16 Exemplo emblemático recente é o debate em torno da obra de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson, vencedores do Nobel de Economia de 2024. Os autores são criticados justamente por ignorar em seus modelos analíticos como as estruturas sociais e os modos de exploração de trabalhadores em países diferentes eram, muitas vezes, objetivamente articulados em redes comerciais e estruturas de poder globais. Na perspectiva nada elogiosa de um historiador, a interpretação premiada é “uma história de ninar para capitalistas”. GREELEY, Brendan. The Nobel for Econspaining. *Financial Times*, 21 out. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1e2584d6-65ef-46de-bfb2-28811be65600>. Acesso em: 11 dez. 2024.

históricos centrais aos mundos do trabalho surgem cada vez mais diversos e particulares, assim como a compreensão de suas culturas e posicionamentos políticos. “A consciência de um trabalhador não é uma curva que sobe e desce com os salários e os preços; é uma acumulação de toda uma vida de experiências e socialização, tradições herdadas, lutas — tanto vitoriosas quanto derrotadas”; uma “bagagem pesada”, era como E. P. Thompson chamava esse conjunto.¹⁷ Entender essas experiências, tradições e lutas e o que os trabalhadores faziam com elas, acaba, de alguma maneira, sendo a bagagem que *a Revista Mundos do Trabalho* oferece aos leitores e leitoras.

Entre os artigos de temática livre, dois dossiês temáticos, uma seção especial de debates e outra de resenhas, o volume 16 da *Revista Mundos do Trabalho* apresenta 40 contribuições originais em regime de acesso livre.

Sobressai, nesta edição, o variado conjunto de estudos voltados para contextos latino-americanos e caribenhos. O dossiê *Mundos do trabalho e culturas políticas de esquerda nas novas cidades da América Latina*, organizado por Walter Ludovico Koppmann e Stefan Rinke, reúne reflexões recentes sobre o ativismo político operário, sindicalista, feminista e estudantil nos grandes centros urbanos da América do Sul da primeira metade do século XX. Com foco nas experiências e lutas dos povos de ascendência africana nas Américas, o dossiê *Afro-Américas: raça, trabalho e direitos*, organizado por Iacy Mata, Letícia Canelas, Waldomiro Lourenço e Ynaê Lopes, apresenta um conjunto de pesquisas que se destacam pelo esmero empírico e conceitual em abordagens interseccionais. Os dois dossiês que juntos abarcam análises de processos históricos desencadeados na Argentina, Uruguai, Cuba, Colômbia, Haiti, Chile e Brasil, fornecem um excelente panorama das novas tendências da área em recorte continental.

Na seção de debates desta edição, convidamos três especialistas para discutir, a partir de ângulos diferentes, o livro *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*, de Silvia Hunold Lara. Lançada em 2022, a obra que revisita uma temática ao mesmo tempo clássica na historiografia e emblemática para as lutas do movimento negro no Brasil, abarca uma série de novas interpretações fundamentadas em uma densa e rigorosa incursão pelos arquivos e sofisticado tratamento das fontes. A fecundidade das contribuições do livro pode ser atestada da leitura do animado debate promovido através das contribuições críticas de Marc Hertzman, Fabiana Schleumer e Flávia Maria de Carvalho, que abordaram temas específicos da pesquisa sobre o universo palmarino como o tratamento da linguística histórica, os diálogos com a

17 Apud WINN, Peter. **Weavers of Revolution: The Yarur Workers and Chile's Road to Socialism**. New York: Oxford University Press, 1986.

historiografia africanista, a construção social das fontes e os limites dos arquivos, a memória em torno do mítico quilombo e as culturas políticas dos guerreiros palmarinos. Respondendo às questões e comentários, Sílvia Lara evidencia elementos valiosos do processo metodológico de desenvolvimento da pesquisa e de suas interpretações. Para quem ainda não leu o livro, esta seção é um convite irresistível à leitura, para os que já leram é uma oportunidade e tanto para conhecer melhor as trilhas de construção e bastidores da obra.

Os debates bibliográficos se estendem pela seção de resenhas que nesta edição segue contemplando um amplo conjunto de lançamentos em História Social. São 13 obras comentadas por especialistas que tratam de uma representativa coleção de temas que vão da longa história da produção do açúcar em perspectiva global, passando pelo papel da repressão à vadiagem no Brasil escravista, até as novas produções sobre populismo, ditadura e comunismo, passando ainda pelo futebol, que é tratado em duas resenhas, como fenômeno social importante para as identidades de classe na primeira metade do século XX.

A seção de artigos com temática livre é aberta com o texto de Marcio Couto Henrique que, em vasta pesquisa na imprensa, em relatos de viajantes e documentação oficial, deslinda o universo da escravidão indígena na região amazônica ao longo do século XIX. Em *Uso e costume da terra: a escravidão ilegal de indígenas na Amazônia do século XIX*, uma série de depoimentos de época é sistematicamente analisada dando a ver os padrões e as lógicas que motivavam a ferocidade de traficantes e sequestradores que atentavam contra a liberdade de indígenas, forçando-os a regimes de trabalho forçado. O texto de Couto Henrique é uma contribuição valiosa em meio a um esforço coletivo da área no sentido de entender a disseminação da escravidão ilegal e uso corriqueiro da violência no processo de ocupação branca da região amazônica.

Em *Camponeses, operários e a tentativa de resistência armada ao golpe de 1964 na Baixada Fluminense*, Gabriel Souza Bastos se volta ao exame de um episódio marcante e dramático da história brasileira: a instauração da ditadura militar de 1964. Seu artigo evidencia que, ao contrário do que foi difundido na época, os militares não gozavam de algo como um apoio irrestrito da população. Em especial, na Baixada Fluminense, onde grupos de trabalhadores do campo e operários, já bem organizados em entidades de classe desde os idos de 1940 e versados em conflitos fundiários na região, cerraram fileiras contra as forças reacionárias e esboçaram planos de resistência armada.

Em meio às intenções de mudanças no ordenamento urbano de Lisboa, na virada do século XIX para o XX, a mão pesada dos engenheiros sociais recaiu sobre os cocheiros e carroceiros envolvidos com transporte de passageiros. Uma série de novos regulamentos que visava disciplinar os modos e as culturas desses trabalhadores motivou uma repressão policial draconiana. Em *Os trabalhadores do transporte terrestre em Lisboa: controle estatal*

e *empresarial e greves (1870-1910)*, Paulo Cruz Terra analisa o cenário, mostrando como a repressão foi o estopim para a politização da categoria que reagiu com forte mobilização de classe através de greves e manifestações públicas. O texto tem sucesso em apresentar a dinâmica urbana lisboeta da virada de século através das lutas coletivas dos trabalhadores e dos debates municipalistas sobre o ordenamento do mercado de serviços que, mesmo enredado em tramas locais, se disseminavam globalmente.

Ainda sobre portugueses, mas nos mares do século XVIII, Jaime Rodrigues mobiliza a noção de direitos costumeiros e positivos em artigo sobre as contínuas lutas dos marinheiros de navios mercantes em dinâmicas de trabalho, profundamente marcadas pela precariedade das condições materiais e rígidas lógicas de disciplinamento. *A economia moral a bordo de navios portugueses no século XVIII: direitos em declínio e a luta pela sua manutenção* apresenta uma análise densa das estratégias de homens comuns, livres e libertos, para ganhar a vida através de um contundente exame das instáveis circunstâncias vividas pelos trabalhadores do mar.

Como trabalhadores fugidos ou “de ganho” buscavam autonomia, constituíam comunidades e organizavam suas culturas em Moçambique no século XIX, são questões que permeiam as reflexões do artigo de Regiane Mattos. *Entre “aringas” e “quilombos”: experiências e comunidades de trabalhadores no norte de Moçambique no século XIX*, Mattos dirige sua investigação para três comunidades formadas por trabalhadores escravizados nas franjas do sistema de exploração colonial português. Através de vestígios documentais, busca não apenas apreender traços de uma cultura política comum a essas três comunidades como também analisa o conceito histórico de quilombo e seus usos de época, desenvolvendo ainda instigantes reflexões sobre elementos da diáspora africana para o lado de cá do Atlântico.

Em terras brasileiras, mais especificamente nas ruas de terra dos bairros operários de Recife, as relações comunitárias entre trabalhadores e sacerdotes da Igreja Católica são investigadas por Dirceu Marroquim. Em *Igreja Católica e bairros operários no Recife, 1902-1940*, a ação social católica é enfocada em um momento de viragem e consolidação de um projeto teológico-político com discursos e institucionalização fortemente conectados às necessidades dos pobres e dos trabalhadores. Com base fincada na esfera local, em dimensão paroquial, o artigo não perde de vista como as orientações para esse projeto eram transacionadas internacionalmente, mas ganhavam feições particulares na interlocução entre os padres e os moradores de mocambos e casas de sapê.

Ainda com o olhar voltado à pobreza, mas dessa vez na Inglaterra oitocentista, o artigo “*O homem que ganha seu penny*”: o trabalhador independente enquanto síntese da ideologia social do reformismo liberal inglês nas décadas de 1830 e 1840, analisa um conjunto de inquéritos produzidos pelo Estado com o objetivo de promover políticas voltadas ao pauperismo e às relações de trabalho. A documentação analisada por Daniel Schneider

Bastos evidencia os termos, sentidos e paradigmas que avalizaram os debates políticos em torno da vida dos trabalhadores britânicos, aportando relevante contribuição para a compreensão da ideologia reformista liberal em sua era clássica.

Em um balanço historiográfico sobre a produção acadêmica acerca do anarquismo e do movimento anarquista no Brasil, Carlo Romani analisa as principais tendências interpretativas sobre o tema através de um cenário dinâmico balizado por mudanças teórico-metodológicas e influências políticas. Com um recorte temporal relativamente extenso, *Anarquismo: produção historiográfica, inflexões teórico-metodológicas e novas abordagens* situa as mudanças de paradigma desde a década de 1970 até sua virada recente com a formulação de uma epistemologia anarquista própria.

Em *De Zlín para o mundo: o sistema Bata de gerenciamento do trabalho*, Vinícius de Rezende realiza uma profunda incursão sobre o sistema Bata através da articulação de fontes de variadas naturezas. Partindo da concepção e desenvolvimento do método de gerenciamento na Checoslováquia do começo do século XX, o artigo investiga também seu processo de internacionalização e realiza estudos de caso acerca da aplicação do sistema Bata em fábricas do Brasil e do Chile. Ao longo do texto, os métodos de gestão baseados em estratégias de condicionamento psicossocial dos trabalhadores e suas famílias remetem à noção de “totalitarismo empresarial”, em diálogo com a pesquisa anterior do autor que foi publicada no volume 12 da *Revista Mundos do Trabalho*.¹⁸

A equipe editorial agradece ao valioso trabalho voluntário desempenhado com rigor e generosidade por pareceristas, e também a autores e autoras que submeteram suas pesquisas originais ao nosso periódico. Nesta edição, contamos com os fundamentais aportes de recursos oriundos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), da Associação Nacional de História do Trabalho (ANAHT), além do apoio operacional do Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a quem registramos nossos sinceros agradecimentos.

18 REZENDE, Vinícius de. Totalitarismo empresarial: uma análise do sistema Bata no Brasil e no Chile (1940-1970). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-33, 2020.